

D.A.E. S.A - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ 03.582.243/0001-73
Relatório da Diretoria

Balancos Patrimoniais (Em Milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado (Em Milhares de Reais)			
Ativo	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2010	Passivo	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2010
Circulante	31.970	27.899	45.897	Circulante	30.026	24.610	16.691
Disponíveis	2.067	4.686	15.588	• Empréstimos e			
• Bancos	2.067	1.084	1.472	• Financiamentos a Pagar	2.495	2.235	2.694
• Aplicações de Liquidez Imediata	-	3.602	14.116	• Fornecedores Diversos	9.926	3.022	2.692
Direitos Realizáveis	29.903	23.213	30.308	• Concessionária de			
• Contas a Receber de Clientes	26.867	19.373	18.136	Tratamento de Esgoto	2.384	3.074	3.225
• Estoques	2.223	2.541	9.964	• Cauções de Fornecedores	190	212	201
• Títulos e Valores Mobiliários	262	157	177	• Desapropriações a Pagar	450	48	-
• Impostos e Contribuições a Recuperar	382	676	1.791	• Obrigações Fiscais	1.687	1.522	1.542
• Outros Créditos	166	449	231	• Obrigações Trabalhistas	316	366	442
• Despesas do Exercício Seguinte	3	17	9	• Provisões Férias 13º e Encargos	1.837	2.160	2.536
Não Circulante	233.334	226.833	206.797	• Adiantamento Clientes Projeto CERJU	5.112	5.879	387
Realizável a Longo Prazo	5.775	3.498	8.423	• Indenizações a Pagar	86	-	-
• Contas a Receber de Clientes	5.471	1.931	1.759	• Acordos Cíveis a Pagar	5.482	5.746	2.352
• Impostos e Contribuições a Recuperar Diferido	-	1.260	2.910	• Outras Obrigações	61	346	621
• Depósitos Judiciais	304	307	2.379	Não Circulante	45.419	40.494	27.690
• Impostos e Contribuições a Recuperar LP	-	-	1.375	• Financiamentos	12.273	13.008	13.004
Investimentos	2.545	3.010	3.210	• Fornecedores	1.378	-	-
• Imóveis	2.545	3.010	3.210	• Crédito Vinculado - Parque dos Ingás	-	1.147	1.147
Imobilizado	225.014	220.160	194.762	• Adiantamento Clientes Projeto CERJU - LP	-	-	5.785
• Custo Operacional	280.227	282.904	259.960	• Parcelamento - Lei 11.941/09	2.280	1.897	1.395
• (-) Depreciação Acumulada	(55.213)	(62.744)	(65.198)	• Desapropriações a Pagar	75	37	-
Intangível	-	165	403	• Acordos Cíveis a Pagar	9.391	4.269	2.396
• Softwares	-	823	1.154	• Recursos de Terceiros para Investimentos	-	-	523
• (-) Amortização Acumulada	-	(658)	(751)	• Provisões para Contingências	2.368	1.849	2.770
Total do Ativo	265.304	254.732	252.694	• Partes Relacionadas	17.654	18.287	671
				Patrimônio Líquido	189.859	189.628	208.313
				• Capital Social Realizado	190.166	190.166	207.715
				• Reservas de Capital	1.147	-	-
				• Prejuízos/Lucros Acumulados	(1.454)	(538)	598
				Total do Passivo	265.304	254.732	252.694

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 (Em Milhares de Reais)						
	Capital Social			Reservas de Capital		Prejuízos Acumulados
	Autorizado	A Subscrever	Subscrito	Realizado	Futuro Aumento de Capital	
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	250.000	(59.834)	190.166	190.166	1.147	189.859
Movimentação em 2009	-	-	-	-	(1.147)	(231)
• Subscrição de Capital	-	-	-	-	-	-
• Transferência entre Contas	-	-	-	-	(1.147)	(1.147)
• Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-
• Lucro Líquido no Exercício	-	-	-	-	-	916
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	250.000	(59.834)	190.166	190.166	-	189.628
Movimentação em 2010	-	17.549	17.549	17.549,00	-	1.136
• Terreno Doado pela Prefeitura do Munic. Jundiá	-	-	-	-	-	-
• Subscrição de Capital	-	17.549	17.549	17.549,00	-	17.549
• Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-
• Lucro Líquido no Exercício	-	-	-	-	-	895
• Adoção Inicial da Lei 11.638/07	-	-	-	-	-	241
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	250.000	(42.285)	207.715	207.715	-	598

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

1. A Sociedade de Economia Mista Independente e o Início das Atividades Operacionais: A sociedade foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 05 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido vertido o montante de R\$ 170.516 mil, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em Laudo de Avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiá. A atividade operacional da Sociedade teve início em 01 de janeiro de 2000. A Sociedade tem por objetivo: **a)** Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiá; **b)** Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiá; **c)** Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiá; **d)** Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e **e)** Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis de DAE S.A. - Água e Esgoto foram elaboradas de acordo com as disposições previstas na Lei nº 6.404/1976 - Lei das Sociedades por Ações - com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, das normas técnicas vigentes, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações contábeis estão respaldadas pela escrituração permanente e regular dos fatos contábeis em livros comerciais e fiscais devidamente registrados nos órgãos institucionais reguladores. As notas explicativas integram as demonstrações contábeis, na forma do Art. 176, § 4º, da Lei nº 6.404/1976 e os pronunciamentos contábeis publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seu sítio www.cpc.org.br. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes: 3.1 - **Efeitos Patrimoniais Decorrentes das Mudanças Introduzidas nas Práticas Contábeis, na Data de Transição (01/01/2008):** 3.1.1 - Conforme disciplina a Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações - com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, e, ainda, conforme disciplina o CPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Sociedade efetuou a provisão, a crédito de conta retificadora de contas a receber e a débito de prejuízos acumulados, o desconto financeiro necessário para trazer o valor das parcelas a receber após o término do exercício seguinte ao seu valor presente na data de 31/12/2010 em função dos vencimentos individuais. O valor da retificação importou redução do saldo de contas a receber - conta Termos de Compromisso a receber:

(-) Ajuste a Valor Presente de TC R\$	(-) Juros TC a Apropriar R\$	Soma
Exercício 2009		
Curto Prazo	153.674,67	34.057,20
Longo Prazo	378.722,85	80.690,62
Soma 2009	532.397,52	114.747,82
	R\$	R\$

3.2 - Atualização de Direitos a Receber: os valores dos direitos e obrigações são apresentados pelo valor presente apresentado na data do encerramento do exercício, obtido: pela atualização em função dos encargos contratuais incorridos até aquela data; ou através de fluxo de caixa descontado, quando correspondem a valor relevante fixo com vencimento futuro. 3.3 - **Provisões para Perdas Potenciais:** são constituídas para reduzir o valor dos ativos do balanço patrimonial ao seu valor presente de realização ou recuperação; e para indicar riscos potenciais de perdas futuras, através de inclusões no passivo.

	2009	2010
Contas a Receber de Clientes	19.373	19.713
Clientes	15.042	16.535
Renegociação de Contas a Receber	2.404	4.550
Clientes - Acordos Judiciais	3.783	582
(-) Prov. p/Cred. de Liquid. Duvidosa	(1.856)	(1.954)

3.4 - **Regime de Escrituração:** a companhia adota o regime de competência para escrituração dos fatos contábeis que alteram qualitativa ou quantitativamente seu patrimônio. A adoção desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando incorridos, independente de sua realização financeira através do fluxo de caixa. 3.5 - **Imposto de Renda e Contribuição Social:** o imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado do exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240 mil. 3.6 - **Resultado Líquido por Ação:** é calculado com base no número de ações integralizadas na data do encerramento do exercício social. 3.7 - A Sociedade recebeu da acionista controladora Prefeitura Municipal de Jundiá, no exercício de 2008, terreno no valor justo de R\$ 1.147 mil, que contabilizou, juntamente com o valor aplicado nas obras realizadas até o final do exercício, no grupo de Investimentos, no Ativo Não Circulante, por não serem destinados à exploração da atividade operacional. A contrapartida da conta de investimentos, somente no valor do terreno, correspondeu à conta de reserva para aumento de capital, no patrimônio líquido. No exercício de 2009 o valor desse terreno foi transferido da conta do Patrimônio

Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo por Exercício					
Instituição	2012	2013	2014 a 2018	2019	2020 a 2024
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	845	845	4.225	845	4.225
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	157	157	785	153	-
Caixa Econômica Federal - 37773-90	455	228	-	-	-
Banco Santander - 013003678-8	79	-	-	-	-
Total	1.536	1.230	5.010	998	4.225

7. Contas a Pagar à Prefeitura Municipal de Jundiá: Refere-se a valores a reembolsar à acionista majoritária por saldos de folha de pagamento e encargo de funcionários da Prefeitura Municipal de Jundiá trabalhando para a DAE S.A em suas atividades operacionais. **8. Contas a Pagar - Cia.**

Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo			
Instituição	2009	2010	Tx. Juros A.A.
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	724	959	6,00%
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	103	188	8,00%
Caixa Econômica Federal - 37773-90	1.264	1.378	9,50%
Banco Santander - 013003678-8	142	168	18,58%
Total	2.233	2.525	

Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo			
Instituição	2009	2010	
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	9.416	10.990	
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	1.351	1.252	
Caixa Econômica Federal - 37773-90	1.994	683	
Banco Santander - 013003678-8	247	79	
Total	13.008	13.004	

Wilson Roberto Engholm - Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas de DAE S.A. Água e Esgoto: Examinamos as demonstrações contábeis de DAE S.A. Água e Esgoto, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de DAE S.A. Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de março de 2011

ETAE Auditores Independentes
CRC-SP nº 2SP010138/O-8
Flávio de Augusto Isihi
Contador - CRC-SP nº 1SP021361/O-8
Membro da Associação Internacional
AGN Internacional Ltda.

Wilson Roberto Engholm - Presidente

Lidiane Cristina Pupo Santos - Analista Contábil - CRC 1SP243864/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas de DAE S.A. Água e Esgoto: Examinamos as demonstrações contábeis de DAE S.A. Água e Esgoto, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de DAE S.A. Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de março de 2011

ETAE Auditores Independentes
CRC-SP nº 2SP010138/O-8
Flávio de Augusto Isihi
Contador - CRC-SP nº 1SP021361/O-8
Membro da Associação Internacional
AGN Internacional Ltda.

Wilson Roberto Engholm - Presidente

Lidiane Cristina Pupo Santos - Analista Contábil - CRC 1SP243864/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas de DAE S.A. Água e Esgoto: Examinamos as demonstrações contábeis de DAE S.A. Água e Esgoto, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de DAE S.A. Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas

D.A.E. S.A - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 03.582.243/0001-73
Relatório da Diretoria

Balancos Patrimoniais (Em Milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado (Em Milhares de Reais)			
Ativo	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2010	Passivo	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2010
Circulante	31.970	27.899	45.897	Circulante	30.026	24.610	16.691
Disponíveis	2.067	4.686	15.588	• Empréstimos e			
• Bancos	2.067	1.084	1.472	• Financiamentos a Pagar	2.495	2.235	2.694
• Aplicações de Liquidez Imediata	-	3.602	14.116	• Fornecedores Diversos	9.926	3.022	2.692
Direitos Realizáveis	29.903	23.213	30.308	• Concessionária de			
• Contas a Receber de Clientes	26.867	19.373	18.136	Tratamento de Esgoto	2.384	3.074	3.225
• Estoques	2.223	2.541	9.964	• Cauções de Fornecedores	190	212	201
• Títulos e Valores Mobiliários	262	157	177	• Desapropriações a Pagar	450	48	-
• Impostos e Contribuições a Recuperar	382	676	1.791	• Obrigações Fiscais	1.687	1.522	1.542
• Outros Créditos	166	449	231	• Obrigações Trabalhistas	316	366	442
• Despesas do Exercício Seguinte	3	17	9	• Provisões Férias 13º e Encargos	1.837	2.160	2.536
Não Circulante	233.334	226.833	206.797	• Adiantamento Clientes Projeto CERJU	5.112	5.879	387
Realizável a Longo Prazo	5.775	3.498	8.423	• Indenizações a Pagar	86	-	-
• Contas a Receber de Clientes	5.471	1.931	1.759	• Acordos Cíveis a Pagar	5.482	5.746	2.352
• Impostos e Contribuições	-	-	-	• Outras Obrigações	61	346	621
• a Recuperar Diferido	-	1.260	2.910	Não Circulante	45.419	40.494	27.690
• Depósitos Judiciais	304	307	2.379	• Financiamentos	12.273	13.008	13.004
• Impostos e Contribuições	-	-	-	• Fornecedores	1.378	-	-
• a Recuperar LP	-	-	1.375	• Crédito Vinculado - Parque dos Ingás	-	1.147	1.147
Investimentos	2.545	3.010	3.210	• Adiantamento Clientes	-	-	-
• Imóveis	2.545	3.010	3.210	• Projeto CERJU - LP	-	-	-
Imobilizado	225.014	220.160	194.762	• Parcelamento - Lei 11.941/09	2.280	1.897	1.395
• Custo Operacional	280.227	282.904	259.960	• Desapropriações a Pagar	75	37	-
• (-) Depreciação Acumulada	(55.213)	(62.744)	(65.198)	• Acordos Cíveis a Pagar	9.391	4.269	2.396
Intangível	-	165	403	• Recursos de Terceiros	-	-	-
• Softwares	-	823	1.154	para Investimentos	-	-	523
• (-) Amortização Acumulada	-	(658)	(751)	• Provisões para Contingências	2.388	1.849	2.770
Total do Ativo	265.304	254.732	252.694	• Partes Relacionadas	17.654	18.287	671
				Patrimônio Líquido	189.859	189.628	208.313
				• Capital Social Realizado	190.166	190.166	207.715
				• Reservas de Capital	1.147	-	-
				• Prejuízos/Lucros Acumulados	(1.454)	(538)	598
				Total do Passivo	265.304	254.732	252.694

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 (Em Milhares de Reais)				
	Reservas de Capital			Total
	Capital Social	Adiantamento para	Prejuízos	
	Autorizado	A Subscriver	Futuro Aumento de Capital	Acumulados
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	250.000	(59.834)	190.166	189.859
Movimentação em 2009				
• Subscrição de Capital	-	-	-	916
• Transferência entre Contas	-	-	-	(1.147)
• Integralização de Capital	-	-	-	-
• Lucro Líquido no Exercício	-	-	-	916
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	250.000	(59.834)	190.166	189.628
Movimentação em 2010				
• Terreno Doado pela Prefeitura do Munic. Jundiá	-	-	-	-
• Subscrição de Capital	-	17.549	17.549	17.549
• Integralização de Capital	-	-	-	-
• Lucro Líquido no Exercício	-	-	-	895
• Adoção Inicial da Lei 11.638/07	-	-	-	241
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	250.000	(42.285)	207.715	208.313

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

1. A Sociedade de Economia Mista Independente e o Início das Atividades Operacionais: A sociedade foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 05 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido verificado o montante de R\$ 170.516 mil, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em Laudo de Avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiá. A atividade operacional da Sociedade teve início em 01 de janeiro de 2000. A Sociedade tem por objetivo: **a)** Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiá; **b)** Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiá; **c)** Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiá; **d)** Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e **e)** Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis de DAE S.A - Água e Esgoto foram elaboradas de acordo com as disposições previstas na Lei nº 6.404/1976 - Lei das Sociedades por Ações - com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, das normas técnicas vigentes, aprovadas pelo CPC - Conselho Federal de Contabilidade e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações contábeis estão respaldadas pela escrituração permanente e regular dos fatos contábeis em livros comerciais e fiscais devidamente registrados nos órgãos institucionais reguladores. As notas explicativas integram as demonstrações contábeis, na forma do Art. 176, § 4º, da Lei nº 6.404/1976 e os pronunciamentos contábeis publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seu site www.cpc.org.br. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes: **3.1 - Efeitos Patrimoniais Decorrentes das Mudanças Introduzidas nas Práticas Contábeis, na Data de Transição (01/01/2008):** 3.1.1 - Conforme disciplina a Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações - com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, e, ainda, conforme disciplina o CPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Sociedade efetuou a provisão, o crédito de conta retificadora de contas a receber e o débito de prejuízos acumulados, o desconto financeiro necessário para trazer o valor das patentes a receber após o término do exercício seguinte ao seu valor presente na data de 31/12/2010 em função dos vencimentos individuais. O valor da retificação importou redução do saldo de contas a receber - conta Termos de Compromisso a receber:

	2009	2010
Estoques	2.542	10.012
Almoxarifados	2.768	10.012
(-) PIS Não Cumulativo	(40)	-
(-) Cofins Não Cumulativo	(186)	-
Em 2010 A Sociedade passou a registrar os itens de estoque pelo seu valor líquido dos impostos indiretos (PIS/COFINS) passando a efetuar o controle destes impostos em contas específicas de compensação e impostos a pagar. A variação da conta de Estoques refere-se em seu valor de maior relevância a aquisição de tubos de Fo.Fo. do fornecedor Saint Gobain que representava ao final do ano de 2010 R\$6.703. A aquisição foi feita para utilização nas seguintes obras/projetos:		

Descrição do Material	Obra/Projeto	Valor
Tubo PB FO.FO.		
600 mm X 6,00 m	Adutora R10 Centro	1.322
Tubo PB FO.FO.	Remanejamento Adutora	
600 mm X 6,00 m	Av. Antonio Pincinato	2.149
Tubo PB FO.FO.	Extensão Adutora Eloy Chaves -	
500 mm X 6,00 m	Fazenda Grande	689
Tubo PB FO.FO.	Reforço Abastecimento	
500 mm X 6,00 m	Casa de Bombas 11	978
Tubo PB FO.FO.		
500 mm X 6,00 m	Adutora Vetur Oeste	117
Tubo PB FO.FO.		
400 mm X 6,00 m	Adutora Vetur Oeste	910
Tubo PB FO.FO.		
150 mm X 6,00 m	Redes de Distribuição Diversas	539
Total		6.703

5. Imobilizado: O ativo imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2009 e 2010 estavam assim compostos:

	Imobilizado			
	Valor Residual	Deprec.	Acquisição	
	2009	2010	2010	2010
Imobilizado de Uso				
Terrenos	24.085	25.552	-	1.467
Construções Cíveis e Benefeitorias	39.899	37.848	2.393	12
Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto	147.016	119.796	6.262	3
Máquinas e Equipamentos	4.364	4.449	875	955
Móveis e Utensílios/ Equip. Informática	1.009	1.512	364	848
Veículos	1.276	519	824	67
Imobilizado em Andamento	2.510	5.095	-	8.050
Softwares	165	371	125	331
Total	220.324	195.132	10.843	11.733

A variação dos valores refere-se à baixa de redes de água e esgoto por exaustão operacional no valor residual de R\$ 13.914 mil. Outra variação refere-se à mudança de critério com relação à imobilização de ligações de água e esgoto. Por não fazer parte da propriedade da companhia e sim do cliente, a instalação passou a ser registrada como despesas e não como imobilizado. O valor residual baixado do imobilizado pela mudança de critério foi R\$ 8.729 mil. Uma terceira baixa foi realizada referente ao valor de PIS/COFINS recuperável sobre os ativos imobilizado com base na IN 457/2004. O valor da baixa foi de R\$ 3.439 mil. As taxas de depreciação usadas no exercício de 2010 foram as seguintes:

Taxas de Depreciação/Amortização	
Construções Cíveis e Benefeitorias	4%
Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto	4%
Máquinas e Equipamentos	8%
Móveis e Utensílios	10%
Equipamento de Informática	20%
Veículos de Passeio	20%
Veículos de Carga e Especiais	25%
Tratores	25%
Motocicletas	25%
Softwares	20%

O valor do bem em uso é de R\$ 195.132 mil em 31/12/2010, devidamente registrados contabilmente. As taxas de depreciação são de 4% ao ano, portanto a vida útil dos bens é considerada 25 anos. Porém, devida utilização do bem por 24 horas ininterruptas, existe a possibilidade de depreciar os bens aceleradamente. Por conservadorismo da administração, optou-se por não acelerar a depreciação dos bens em uso. **6. Empréstimos e Financiamentos:** Os financiamentos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010 estavam assim compostos:

Instituição	Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo		Tx. Juros A.A.	
	2009	2010		
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	724	959	6,00%	
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	103	188	8,00%	
Caixa Econômica Federal - 37773-90	1.264	1.378	9,50%	
Banco Santander - 013003678-8	142	168	18,58%	
Total	2.233	2.525		
Instituição	Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo		2009	2010
	2012	2013		
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	9.416	10.990		
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	1.351	1.252		
Caixa Econômica Federal - 37773-90	1.994	683		
Banco Santander - 013003678-8	247	79		
Total	13.008	13.004		

Instituição	Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo por Exercício					
	2012	2013	2014 a 2018	2019	2020 a 2024	2025
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	845	845	4.225	845	4.225	5
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	157	157	785	153	-	-
Caixa Econômica Federal - 37773-90	455	228	-	-	-	-
Banco Santander - 013003678-8	79	-	-	-	-	-
Total	1.536	1.230	5.010	998	4.225	5

7. Contas a Pagar à Prefeitura Municipal de Jundiá: Refere-se a valores a reembolsar à acionista majoritária por saldos de folha de pagamento e encargos de funcionários da Prefeitura Municipal de Jundiá trabalhando para a DAE S.A em suas atividades operacionais. **8. Contas a Pagar - Cia.**

Wilson Roberto Engholm - Presidente		Lidiane Cristina Pupo Santos - Analista Contábil - CRC 1SP243864/O-9	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis			
Aos Diretores e Acionistas de DAE S.A. Água e Esgoto: Examinamos as demonstrações contábeis de DAE S.A. Água e Esgoto, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis: A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimen-		to de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.	
creditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de DAE S.A. Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.		São Paulo, 21 de março de 2011	
		ETAET Auditores Independentes CRC-SP nº 2SP010138/O-8 Flávio de Augusto Ishii Contador - CRC-SP nº 1SP021361/O-8 Membro da Associação Internacional AGN International Ltda.	